

ENSINO TRANSDISCIPLINAR: COMO SUA AUSÊNCIA AFETA O ENSINO DA EDUCAÇÃO SEXUAL EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CHÃ GRANDE NA PANDEMIA DO COVID-19

MAURICIO PEREIRA DE SOUZA

Licenciado Pleno em História pelas Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão - FAINTVISA Atualmente é mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/ Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ e pesquisador do grupo de pesquisa DEMULTS. E-mail: mauriciopereirasouza@hotmail.com;

MICHELLE RODRIGUES DA SILVA

Assistente Social pela Universidade Federal de Pernambuco, mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE/ Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ, pesquisadora dos grupos de pesquisa: Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensões no campo dos Direitos da Criança e do Adolescente (GECRIA/UFPE); Laboratório de História das Infâncias do Nordeste (LAHIN/ UFRPE) e Grupo Estudos de Gênero e Educação (SEGS/UFPE). E-mail: mitchelle.rodrigues86@gmail.com;

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar como a ausência de uma abordagem transdisciplinar afeta o ensino da educação sexual em escolas do município de Chã Grande, acarretando com o não desenvolvimento de ações de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19. No estudo explicamos as principais categorias utilizadas no artigo, como a violência e violência sexual, transdisciplinaridade, entre outros. A partir de dados oficiais conseguimos constatar que as violações de direitos humanos de crianças e adolescentes teve aumento significativo no período pandêmico. Escolhemos como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, com o método de entrevista semiestruturada. Nos resultados, constatou-se que não existe uma abordagem de ensino transdisciplinar o que corrobora com a falta de ações de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Chã Grande.

Palavras-chave: Criança e Adolescente; Pandemia; Transdisciplinaridade; Violência Sexual.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como intuito analisar como a ausência de um ensino transdisciplinar afeta o ensino da educação sexual em escolas municipais de Chã Grande, assim impossibilitando o desenvolvimento de ações de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19. Para isso, explicitamos o conceito de violência e que esse fenômeno perpassa todas as camadas da sociedade e o que diferencia são suas formas e danos causados nas vítimas. Conceituamos as principais formas de violências contra crianças e adolescentes, a prevenção contra violência sexual, a transdisciplinaridade, a falta de um ensino transdisciplinar nas escolas do município de Chã Grande e como essa corrobora com a falta de ações de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes no período da pandemia da COVID-19.

O presente artigo trata-se de uma pesquisa qualitativa direta. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa incluem a pesquisa bibliográfica sobre as principais categorias que fundamentam o estudo, realização de pesquisa documental característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências. Pelos meios eletrônicos foram acessados os documentos oficiais da federação, através dos sites e outros meios. Dentre os documentos analisados, realizamos entrevista com profissionais das escolas municipais e do conselho tutelar municipal, onde foram realizadas entrevistas individualizadas em formato híbrido (1 pesquisador presencial com o entrevistado, e 1 pesquisador via *Google Meet* de forma síncrona) ou presencial, seguindo todas os protocolos de distanciamento social e biossegurança em relação a pandemia causada pelo vírus Sars-Cov-2.

2. O FENÔMENO DA VIOLÊNCIA

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Dito isso, a violência é um fenômeno que acontece em todas as áreas do globo e em todas as camadas da sociedade. Infelizmente sempre acompanhou a história da humanidade, sendo vivenciada de diferentes formas por diferentes grupos.

Para Minayo e Souza (1997/1998) em seus estudos, entendem que a “violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (p.513).

2.1 FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência se apresenta de diversas formas e em todas as camadas da sociedade. Suas manifestações é que se diferenciam, sendo as mais frequentes a violência física, a violência psicológica, a negligência e a violência sexual.

A violência física se configura como toda e qualquer ação, única ou repetida, não acidental, cometida por um agente agressor mais velho ou adulto, que provoque dano físico à criança, provocada por surras, pisas, palmadas, entre outros instrumentos, com ou sem a justificativa de que seja um requisito básico para a educação da vítima (RIBEIRO, 2011, p. 29).

A violência psicológica não deixa marcas aparentes, esse talvez seja o grande motivo ser tão difícil de ser reconhecida, isso não quer dizer que a mesma seja menos danosa do que as demais formas de violência, muito pelo contrário, ela deixa danos muitas vezes irreparáveis se a vítima não tiver o apoio e acompanhamento profissional. Em relação à violência psicológica Faleiros (2007, p. 36) define:

Ela se configura através de uma relação de poder desigual, ou seja, a figura adulta dotada de autoridade e a criança e adolescente dominado. Esse poder é exercido através de atitudes de mando arbitrário (“obedeça por que eu quero”), agressões verbais, chantagens, regras excessivas, ameaças (inclusive de morte), humilhações desvalorização, estigmatização, rejeição, isolamento, exigência de comportamentos éticos inadequados ou acima das capacidades, e exploração econômica e sexual.

A violência sexual se configura para muitos estudiosos e estudiosas como a mais cruel forma de violência praticada contra crianças e adolescentes, não só pelos requintes desumanos e de crueldade de dominar que indivíduos colocam em prática para obter prazer sexual, mas também por se constituir, por vezes, como um meio de exploração de crianças ou adolescentes para obter ganhos materiais usando as vítimas. A violência

sexual de acordo com o Ministério da Educação e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é,

[...] o abuso delituoso de crianças e adolescentes, em especial de sua sexualidade, negando, inclusive, o direito das crianças e adolescentes a sua sexualidade em desenvolvimento. É considerada um crime na nossa legislação. O poder arbitrário do adulto agressor sobre as crianças e adolescentes desestrutura a identidade da pessoa vitimada, caracterizando-se como um comportamento perverso (MEC/UNESCO, p. 38, 2007).

Outra forma de violência sexual é a exploração sexual comercial de crianças é caracterizada pela relação sexual de uma criança com uma pessoa mais velha, mediada por dinheiro ou troca de favores (drogas, comida, entre outras coisas), o turismo sexual, a pornografia (principalmente pela internet) e o tráfico para fins de exploração sexual (CHILDHOOD, 2006, p. 31).

Vale destacar alguns aspectos sobre questões acerca da exploração sexual que carecem de cuidados, tais como: “a pornografia infanto-juvenil e o tráfico de crianças e adolescentes, sendo a internet o principal meio de divulgação de imagens e material pornográfico, como também de cooptação ou aliciamento de vítimas” (BRASIL, 2015, p. 13). Por isso, é importante estar sempre atento e atenta às campanhas educativas voltadas à orientação das famílias do público infanto-juvenil quanto ao uso seguro de mídia social.

Uma das consequências da exploração sexual de crianças e adolescentes é a evasão escolar. Nesse sentido, as escolas têm papel importante como agentes de proteção, evitando a exclusão e o preconceito e atuando na prevenção, a partir da articulação do tema da sexualidade em todas as etapas escolares e da criação de espaços pedagógicos válidos para conectar informações sobre respeito, desenvolvimento saudável e sexualidade infanto-juvenil (BRASIL, 2015, p. 14).

Segundo dados do Disque 100, de janeiro a dezembro de 2020 foram registrados 368,333 casos de violações de direitos humanos de crianças e adolescentes, desse total 14,621 é referente a violência sexual, sendo 12,944 de abuso sexual (abuso sexual físico e estupro) e 1,677 de exploração sexual (BRASIL, 2021).

O município de Chã Grande tem cerca de 21.274, segundo dados do IBGE 2015. Contudo, não existe nos sites oficiais ou bases de dados a quantidade desse total de crianças e adolescentes que residem na cidade.

Existe também uma ausência de dados de domínio público referentes a atos que configuram abusos sexuais contra crianças e adolescentes que sejam advindos do município estudado.

2.2 PREVENÇÃO A VIOLÊNCIA SEXUAL

O enfrentamento da violência sexual pressupõe a garantia dos direitos humanos sexuais de crianças e adolescentes. Segundo a Plataforma de Ação Beijing (1995):

Direitos sexuais são um elemento fundamental dos direitos humanos. Eles englobam o direito a uma sexualidade prazerosa, que é essencial em si mesma e, ao mesmo tempo, um veículo fundamental de comunicação e amor entre as pessoas. Os direitos sexuais incluem o direito à liberdade e autonomia e o exercício responsável da sexualidade.

Porém, ainda hoje, existem diversos tabus em torno da sexualidade infantil. Discutida inicialmente por Freud no final do século XIX, fato que causou bastante espanto a sociedade conservadora da época, que viam nas crianças o símbolo da pureza. Mas, mesmo quase um século e meio depois, a criança ainda é vista como sinônimo de pureza e um ser assexuado. Partindo dessa compreensão foi que alguns estudos foram desenvolvidos em torno da temática, foi categorizado um decálogo dos direitos humanos sexuais de crianças, numa ordem aos critérios hierárquicos humanos. Nele, a autora elucida pontos como: a criança tem direito de receber respostas honestas sobre sua sexualidade sem ser enganada, ter seus momentos respeitados, ter uma educação sexual participativa, não ser sexualmente usada por adultos, ter educação sexual responsável, entre outras (MARCEL HAZEU, 2004, p. 25-26).

Sendo assim, quando reconhecemos que crianças e adolescentes possuem direitos humanos sexuais e as educamos, estamos criando um senso de proteção nas mesmas para que ao se perceberem em situações de violência possam ter atitude auto protetiva. Rede de atendimento é um conjunto de instituições que tem como obrigação defender os direitos humanos de crianças e adolescentes e promover seus direitos. Todas as instituições que prestam atendimento à criança e adolescente são componentes dessa Rede, são elas: Escolas, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Sistema de Justiça e Segurança (Polícias, Ministério Público,

Defensoria Pública...), Organizações Não Governamentais (ONGs), Conselho Tutelar, Casas de Acolhimento, entre outras. Cada uma dessas instituições desenvolve um papel importante na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Contudo em se tratando de violência sexual, existe um caminho/fluxo a ser seguido. Verificada a suspeita ou a confirmação da violência é necessário realizar a denúncia no Conselho Tutelar e na Delegacia, levar a vítima para uma unidade de saúde para que tenha acesso ao atendimento e possa ter acesso a todos os cuidados referentes a uma vítima de violência sexual.

O Conselho Tutelar tem um papel importante na Rede de atendimento, ele se constitui como um Órgão de Defesa, porém autônomo, tem como atribuição verificar se as crianças e adolescentes estão tendo acesso a todos os seus direitos, caso não, tem por obrigatoriedade solicitar o serviço. É importante salientar que a intervenção nos casos de violência deve ser multidisciplinar e intersetorial, com a atuação de todas as instituições mencionadas.

3. TRANSDISCIPLINARIDADE: SURGIMENTO E CONCEITOS

A terminologia transdisciplinaridade é divulgada pela primeira vez no I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade por Jean Piaget em 1970, e sobre essa nova abordagem de saberes que Lima de Freitas, Edgar Morin e Basarab Nicolescu se debruçam e em 1994 lançam *A CARTA DA TRANSDISCIPLINARIDADE*, fruto do I Encontro Mundial de Transdisciplinaridade ocorrido no Convento de Arrábida, em Portugal. A carta descreve em um total de quinze artigos o que é a transdisciplinaridade, a sua prática, ética e aplicabilidade na sociedade.

No 1º artigo, MORIN (1994), NICOLESCU(1994) e FREITAS(1994) assinalam que *toda e qualquer tentativa de reduzir o ser humano a uma definição e de dissolvê-lo em estruturas formais, sejam quais forem, é incompatível com a visão transdisciplinar*. O artigo 3 aponta que:

A transdisciplinaridade é complementar à abordagem disciplinar; ela faz emergir novos dados a partir da confrontação das disciplinas que os articulam entre si; ela nos oferece uma nova visão da Natureza e da Realidade. A transdisciplinaridade não procura o domínio de várias

disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as une e as ultrapassa.

A educação acaba por receber os olhos atentos da transdisciplinaridade, apontando uma necessidade de mudança do método disciplinar e interdisciplinar de se fazer a prática educacional, advinda ainda do século XX. Sobre a disciplinaridade, Edgar Morin diz:

A fronteira disciplinar, com sua linguagem e com os conceitos que lhe são próprios, isola a disciplina em relação às outras e em relação aos problemas que ultrapassam as disciplinas. Desse modo, o espírito hiperdisciplinar corre o risco de se consolidar, como o espírito de um proprietário que proíbe qualquer circulação estranha na sua parcela de saber. Abertura é, portanto, necessária (MORIN, 1999, p. 28).

A utilização de organizações disciplinares nas estruturas educacionais ainda segue sendo uma presente no cotidiano de diversas sociedades ao redor do globo, além da utilização da interdisciplinaridade que estabelece relações entre duas ou mais disciplinas ou ramos de conhecimento. No livro *Complexidade e Transdisciplinaridade: a Reforma da Universidade e do Ensino Fundamental* (EDUFRN, 1999), quando questionado sobre a necessidade da interdisciplinaridade MORIN (p.13, 1999) diz que “...*a interdisciplinaridade tem-se mostrado tão insuficiente quanto a ONU para confederar as nações.*”

Observadas essas insuficiências, qual seria a solução para tal? A resposta é a reforma do pensamento, aquela que gera um pensamento do contexto e do complexo, que contém uma necessidade social chave: formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de seu tempo. A transdisciplinaridade só representa uma solução quando se liga a uma reforma de pensamento (MORIN, 1999).

No artigo 11 da carta da transdisciplinaridade fala-se sobre o ensino transdisciplinar, indicando que:

Uma educação autêntica não pode privilegiar abstração no conhecimento. Ela deve ensinar a contextualizar, concretizar e globalizar. A educação transdisciplinar reavalia o papel da intuição, do imaginário, da sensibilidade e do corpo na transmissão do conhecimento.” MORIN; NICOLESCU; FREITAS(1994).

ARNT(2010) corrobora os pensamentos e apontamentos trazidos por Morin, Nicolescu e Freitas quando disserta que:

Entendo transdisciplinaridade como uma postura perante o conhecimento, indo além da disciplina, articulando Ciência, Artes, Filosofia e Tradições, reconhecendo a multidimensionalidade humana e os múltiplos níveis de realidade, permitindo ao ser a interconexão com a natureza, com o outro, consigo mesmo, alicerçando a ética, ampliando as suas potencialidades humanas, na busca do bem comum. (p.111).

3.1 AUSÊNCIA DO ENSINO TRANSDISCIPLINAR E A FALTA DE AÇÕES DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL NAS ESCOLAS

A utilização de recursos apenas disciplinares denota um risco a formação de seres que não consigam associar os saberes adquiridos a sua realidade, como aqui já foi apresentado. O fechamento, a negação de realidade configuram práticas alheias aos princípios da transdisciplinaridade.

A educação sexual infelizmente ainda é razão de muita discórdia na sociedade brasileira sobre sua presença nos âmbitos escolares, levando a discussões acaloradas e tumultuadas. FIGUEIRO (2006) nos descreve o seguinte:

Alguns pais se preocupam, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes inculcar idéias de pecado.

Os PCN's abordam a educação sexual como devendo ser trabalhado de forma transversal (BRASIL 1997), e tendo como objetivo gerais:

...contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vinculasse ao exercício da cidadania na medida em que propõe o desenvolvimento do respeito a si e ao outro e contribui para garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos

fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades. (p. 311).

Mesmo constando a obrigatoriedade da educação sexual a ser trabalhada em âmbito escolar e transversalmente, no currículo de Pernambuco (2019) que rege as competências e habilidades a serem atingidas nos municípios do estado, a educação sexual é contemplada apenas nas áreas das Ciências da Natureza, mais especificamente no 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais na disciplina de ciências, configurando assim uma metodologia disciplinar, afetando a aplicação de ações transdisciplinares que almejam ampliar ações de conscientização dos abusos sexuais, e fechando o debate a uma única ciência.

4. PROCESSO METODOLÓGICO

Ao se determinar a forma de pesquisa e viabilidade de sua execução, se deu início a aplicação de pesquisas qualitativas diretas com os indivíduos selecionados para o estudo. O objetivo inicial foi verificar o aumento de casos de abusos sexuais no município de Chã Grande no período pandêmico e se esse poderia ser menor se houvesse ações preventivas nas escolas através da educação sexual em aplicação com ensino transdisciplinar.

Partindo disso, a primeira ação foi convidar um conselheiro tutelar da cidade para fornecimento de informações sobre a temática do abuso sexual. Esse colhimento de informações se deu via contato híbrido (presencial e virtual utilizando o Google meet). Salienta-se que todas as medidas de biossegurança foram tomadas pelos pesquisadores e pelo entrevistado. Todas as entrevistas foram cedidas e realizadas após assinatura de termo de anuência por parte dos entrevistados, assegurando a veracidade dos fatos e da devida utilização pelos pesquisadores mantendo o sigilo pessoal dos entrevistados. Para obtenção dos resultados, foram entrevistadas profissionais da educação das escolas públicas que ofertam o Ensino Fundamental Anos Finais, sendo elas a Escola Municipal XV de Março e o Grupo Escolar João Faustino de Queiroz. Foram realizadas cinco entrevistas a partir de questionário semiestruturado previamente construído pelos pesquisadores, objetivando adquirir informações acerca do ensino sexual, das ações de prevenção às violências aqui referidas, da noção de transdisciplinaridade além do ensino ao longo da pandemia do COVID-19.

5. PESQUISA E RESULTADOS

5.1 A REDE DE PROTEÇÃO MUNICIPAL

O município de Chã Grande conta com 05 conselheiros tutelares, tendo como estrutura prédio em ótima localização alugado pela prefeitura, automóvel para atendimentos de propriedade do conselho, computadores e acesso à internet. Funcionava semanalmente na sede de segunda à sexta das 08 horas às 17 horas. Durante a pandemia, se seguiu um rodízio semanal entre os conselheiros no qual ficam 02 conselheiros na sede das 08 horas às 12 horas e o restante do dia segue-se com atendimento de ocorrências por plantão

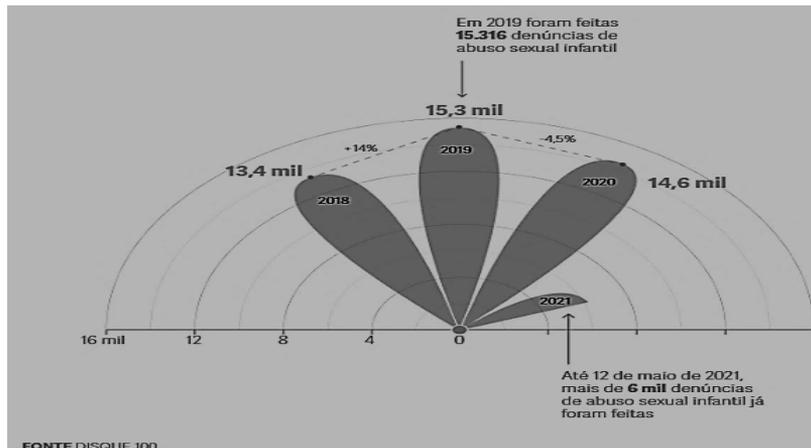
Questionado sobre a presença de casos de violências sexuais contra crianças e adolescentes antes da pandemia, o entrevistado confirmou a existência de casos que correram/correm em sigilo. Indo além, ao ser indagado se durante a pandemia houve um aumento de denúncias/ocorrências de violências sexuais desde o início da pandemia, o entrevistado afirmou que houve aumento expressivo. Posteriormente foi solicitada a quantidade de casos de violências sexuais desde o início da pandemia até o mês de elaboração deste artigo (agosto de 2021), obtendo-se um total de 15 denúncias de abusos sexuais nesse período.

Apesar do relato de que houve expressivo aumento na demanda de ocorrências referentes a abusos sexuais em crianças e adolescentes, observando os dados gerais do Brasil houve uma redução no número de denúncias de abusos no ano de 2020 em comparação ao ano de 2019. Existe um apontamento de que esse decréscimo se deu devido a pandemia, que provocou o isolamento social e fechamento de escolas, local esse onde por diversas vezes a criança ou adolescente encontra amparo para realizar denúncias. Essa informação pode ser comprovada pelas respostas obtidas também com os profissionais da educação observando as respostas obtidas sobre a presença de casos antes e durante a pandemia:

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PRÉ-PANDEMIA				
PERGUNTA	P101	P02	P03	P04
Na escola houve-ram casos de denúncias de alunos sobre abusos sexuais?	“Sim. Alguns casos. O próprio aluno que trouxe o caso pra gente... a respeito dessa situação. Em 2019 houve 3 casos, que foi solicitada a questão da polícia pra resolver essa situação junto com a gente da coordenação... “Os casos que eu tô falando são de abuso sexual.”	“Sim, já tivemos. Inclusive já tivemos casos em que a professora percebia mudanças de comportamento, marcas no corpo, machucados, hematomas, e acabávamos entrando em contato com o conselho tutelar.”	“Abuso sexual[...] e era através do trabalho infantil que existia esse abuso. A gente tinha vários casos. “Até hoje esses adolescentes ainda passam por acompanhamento psicológico”.	“Sim, já foi até detectado alguns abusos sexuais e a gente procurou as autoridades cabíveis para tomar as devidas providências”.

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PANDEMIA				
PERGUNTA	P01	P02	P03	P04
Chegaram casos de abusos sexuais durante o período pandêmico?	“Não. Acreditamos que é mais complicado né, eu acho que muitos adolescentes passaram por isso, esses abusos, mas não chegou ao nosso conhecimento.”	“Até mim, não.”	“Eu tenho o depoimento de uma mãe que ligou pra mim e disse que a filha dela não ia mais assistir as aulas on-line porque tomou o celular da filha. Por que ela tava entrando na internet e justamente estava pessoas é abusando ela pela internet.”	“Chegou denúncias de trabalho infantil.”

A imagem abaixo apresenta os dados comparativos de denúncias entre os anos pré-pandemia e durante no Brasil:



Quando questionado se o conselho tutelar utilizava qual base de dados era utilizada para compilar dados, em específico o SIPIA, o entrevistado alegou que não se era utilizado por questões de ausências de formações para utilização do Sistema, e que as denúncias eram/são registradas em um livro de ocorrências. Posteriormente foi solicitada a quantidade de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no município ao longo do período pandêmico, constando 15 relatos. Importe conotar que desse total, apenas 03 denúncias foram realizadas através do Disque 100, importante canal de denúncias de ordem federal. O conselheiro nos indicou que a maioria dos contatos são feitos via celular, utilizando dos números pessoais de cada conselheiro. O conselho não possui um número fixo para denúncias.

Sobre ações de conscientização sobre violência sexual ao longo da pandemia, foi indicada uma ausência total de ações, alegando-se incapacidade operacional por conta do contágio da Covid-19. Essa informação é corroborada pelos profissionais da educação ao serem questionados sobre ações de prevenção durante a pandemia, onde respondem:

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PANDEMIA				
PERGUNTA	P01	P02	P03	P04
Houve ações de órgãos públicos de proteção às crianças e adolescentes durante a pandemia?	“Não tenho conhecimento.”	“Não.”	“Não.”	“Não.”

Importante assinalar que as ações de prevenção a violência sexual contra crianças e adolescentes **não** estão a cargo somente do Conselhos

Tutelares, mas de todas as instituições de atendimento a crianças e adolescentes como: hospitais, Organizações Não-Governamentais (ONG), Centro de Especializado em Referência Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social, Ministério Público, Polícia Civil, Secretaria de Educação, entre outras. Mas, são nas escolas, onde se verifica uma ausência de ações de prevenção a violência sexual.

5.2 AS INSTITUIÇÕES E SUAS METODOLOGIAS, CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE ENSINO.

As instituições selecionadas para a pesquisa foram a Escola Municipal XV de Março e o Grupo Escolar João Faustino de Queiroz, ambos localizados na zona urbana da cidade de Chã Grande, sendo as únicas escolas públicas que oferecem o ensino fundamental Anos Finais no município. Nessas escolas também oferecem o Ensino de Jovens e Adultos (EJA).

SOBRE O ENSINO:

Percebe-se que já existia uma ausência de ensino transdisciplinar em relação à educação sexual nas instituições, sendo utilizadas apenas as metodologias disciplinares e interdisciplinares como possível observar a seguir:

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PRÉ-PANDEMIA				
PERGUNTAS	P01	P02	P03	P04
Na escola existiam práticas disciplinares, interdisciplinares ou/e transdisciplinares?	“Disciplinares, interdisciplinares alguns professores fazem esse trabalho...”	“Disciplinar e interdisciplinar.”	“É, na verdade a gente só trabalha as disciplinas.”	“Existia... mais fixado nas duas primeiras.”

Adiante, conota-se uma supressão do ensino a metodologias disciplinares ao longo da pandemia devido a adversidades proporcionadas pela pandemia.

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PANDEMIA				
PERGUNTAS	P01	P02	P03	P04
O ensino na pandemia foi disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar?	“Disciplinar... E a questão das interdisciplinares foi trabalhado muito pouco”	“Disciplinar.”	“Disciplinar.”	“Eu acredito que foi interdisciplinar.”
Como estão sendo assegurados o direito ao acesso à educação dos alunos na pandemia?	“O primeiro momento foi trabalhado o aluno com as aulas remotas, os grupos de professores davam as aulas a um grupo de alunos, visto que muitos alunos não participam por questões de acessibilidade que impediam esses alunos de participar dessas aulas. Mas para suprir essa necessidade foram feitos vários blocos, cada professor mandava um material para ser reproduzido na escola e entregue aos pais a cada 15 dias, e trazia de volta após 15 dias e levava outro. Os professores corrigiam esse material e davam nota e frequência.”	“No ano passado, não houve nenhum contato assim, via whatsapp, nem aula nem nada com os meninos. Os meninos vinham na escolar pegar atividades fornecidas pelos professores e em um determinado tempo entregavam, o que fez com que a gestão se incomoda-se muito. No começo desse ano, apesar das dificuldades, alguns professores avaliaram que não seria possível, a gente conseguiu montar um horário de aulas”	“O direito das aulas on-line que eles têm, né. A questão da tecnologia que muitos alunos não utilizam porque eles não possuem por ser uma comunidade carente, mas a gente tem crianças que vem assistir aqui(escola) as aulas. Eles não têm internet em casa então eles utilizam a internet da escola.”	“A escola criou uma ferramenta onde todos os meses o aluno, de início quinzenalmente e depois mensalmente, todas essas datas o aluno viria a escola buscar tanto o material impresso, como também os conteúdos já resumidos e impressos eles levavam pra casa e faziam os estudos. Aquele aluno que tinha acesso à internet, fazia pela internet. Quem não tinha, o material ia bem prático, bem mastigado como a gente usa aqui no interior, para que os alunos pudessem responder e ter conhecimento. Aulas on-line e livros paradidáticos.”

SOBRE TRANSDISCIPLINARIDADE

De acordo com as respostas recebidas, foi possível identificar que transdisciplinaridade não é um conceito comum à memória dos profissionais das escolas.

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PRÉ-PANDEMIA				
PERGUNTAS	P01	P02	P03	P04
Você sabe o que é transdisciplinaridade?	“Não.”	“Quando as disciplinas elas, quando o professor dentro de uma temática consegue trabalhar todas as disciplinas.”	“São disciplinas né, feito vários projetos que onde você trabalha várias disciplinas.”	“Transdisciplinaridade... Vou te ser sincero, não.”
Transdisciplinaridade é um conceito comum aos docentes da escola?	“Não.”	“Quando era proposto em reunião, sim. Quando não havia proposição, não.”	“Sim.”	“Eu acho que sim.”

SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL

Obteve-se um panorama claro de que a educação sexual não é inserida nas escolas estudadas de forma transversal ou transdisciplinar. O ensino da educação sexual é quase que totalmente associado unicamente a uma única disciplina, em um ano específico do ciclo acadêmico dos discentes no Ensino Fundamental II. Observa-se que apesar de existir um consenso da necessidade de aplicação de forma ampla da educação sexual como forma de prevenção e conscientização nas escolas, a disciplina se faz quase que como unanimidade como metodologia de ensino.

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PRÉ-PANDEMIA

PERGUNTAS	P01	P02	P03	P04
No currículo escolar a educação sexual era debatida? Se sim, onde e de que forma?	<p>“Nós temos alguns casos aqui de professores que trabalham sobre isso, e a gente as vezes convida outras pessoas para um debate, para ajudar os alunos... É com um projeto na sala de vídeo... Nós temos esse conteúdo no 8º ano, então os professores trabalham isso em sala de aula e realizam uma pequena culminância na sala de vídeo.”</p>	<p>“É. A gente tem na parte específico do currículo é trabalhado na disciplina de ciências, que trata dos assuntos. É trabalhado em salas de aula.”</p>	<p>“Olha (nome do entrevistador), existe ainda esse tabu né, nas escolas infelizmente essa questão não é muito bem trabalhada... É o professor de ciências do 7º ano ele vem com essa disciplina, né? Eles trabalha essa questão em sala de aula mais especificamente.”</p>	<p>“Sim. Nas reuniões esporádicas aqui na escola, e também na própria disciplina de ciências, onde no 8º ano nós temos alguns conteúdos que há a necessidade mas específico de se trabalhar a sexualidade, o que não quer dizer que não trabalhamos em outros anos.”</p>
Em sua opinião, o que é educação sexual? Como ela deve ser aplicada no âmbito escolar?	<p>“Trabalhar sobre as DST's que é muito importante isso aí, é um dos pontos mais importantes é o trabalho das DST's, a gravidez na adolescência... é... abuso também. A escola tem que trabalhar muito.”</p>	<p>“Pergunta profunda (risos). Acredito que é a título de informação, acho que as pessoas tem uma visão errônea. Que seja você vai falar de sexo, vai ensinar a fazer sexo, e não é. Eu acho que vai desde um conhecimento sobre o teu corpo, como teu corpo funciona e de como as coisas acontecem, a título de informação. Que se você tiver uma relação e você não tiver os devidos cuidados pode acarretar numa gravidez, pode acarretar numa doença sexualmente transmissível, então é a título de prevenção.”</p>	<p>“Olhe, primeiro a gente tem que ver a família. Quebrar esse tabu da família, que ele puder aceitar a escola falar, né?! Chamar a família pra conversar, explicar como a escola deve falar a sexualidade. Por que se chegar e jogar esse assunto, os pais não vão aceitar[...] eu concordo em abrir esse espaço pra que se fale sobre a sexualidade dentro da escola.”</p>	<p>“A educação sexual é como o aluno tenha autoconhecimento da sua estrutura física e pessoal, até de suas atitudes. Por que a sexualidade ela leva não só a questão do ato em si, a sexualidade leva todo um processo. É a questão do abuso sexual, da puberdade, a questão dos relacionamentos do aluno com outras pessoas[...]</p>

Os docentes ministravam aulas que contemplavam a educação sexual?	“Essas aulas são dadas mais pelos professores e dentro da explanação do professor existe o debate entre o adolescente junto com os professores e até assim, nós já trouxemos alguns pais para presenciar algumas aulas relacionadas a esse tema.”	“Sim, eu conheço o trabalho de alguns professores que estão aqui a um bom tempo, e eles realizam esse trabalho.”	“É como eu te falei né? É a questão da disciplina em si, aquela que é específica que é ciências em sala de aula.”	“Sim.”
--	---	--	---	--------

Na pandemia, o ensino da educação sexual foi ainda mais prejudicado devido às diversas realidades advindas, onde se destaca o distanciamento das escolas e ausência de ferramentas tecnológicas para assegurar um contato com os professores e as escolas. Ressalta-se que essas escolas, notadamente o Grupo Escolar João Faustino de Queiroz atendem comunidades carentes e com poucos recursos para prover acesso à internet ou aquisição de aparelhos celulares, computadores ou tablets.

QUESTIONÁRIO – SESSÃO PANDEMIA				
PERGUNTAS	P01	P02	P03	P04
Como está ocorrendo o ensino de da educação sexual na pandemia?	“Muito pouco. Porque os conteúdos que chegavam da secretaria de educação eram mais relacionados ao ensino aprendizagem.”	“Meio que não igual ao presencial. Mas ocorre nas aulas de ciências.”	“A gente não teve né? Só na questão da aula on-line que alguns professores de ciências e fala pros alunos, debate essa questão.”	“Foi discutido através dos conteúdos onde abordava a sexualidade naquelas disciplinas específicas.”
Houve ações de conscientização sobre a educação sexual durante a pandemia?	“Da escola... não.”	“Sobre educação sexual, sim. Eu percebi através das atividades.”	“Não. Porque assim não tinha como a gente debater essa questão com o aluno.”	“Não.”
Houve ações de órgãos públicos de proteção as crianças e adolescentes durante a pandemia?	“Não tenho conhecimento.”	“Não.”	“Não.”	“Não.”

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 causou o isolamento social, as famílias passaram a ter mais tempo em casa e com seus filhos e filhas, e as crianças e adolescentes por sua vez ficaram longe das instituições que realizam a rede de proteção, como escolas, CREAS, CRAS, entre outras. O isolamento social potencializou o aumento das violências sofridas por crianças e adolescentes por estas estarem mais tempo em casa e sem possibilidade de realizar a denúncia, pois não estavam/estão frequentando as instituições de atendimento. É possível apontar que além desse afastamento provocado pela pandemia, à ausência de ações transdisciplinares no ensino da educação sexual afetam na identificação de possíveis abusos, tal qual sua prevenção e assecuração ao acesso educacional obrigatório pelos marcos educacionais legais.

Todavia, devemos orientar as crianças e adolescentes que todo e qualquer local que façam parte da rede de proteção que elas/eles falam sobre possíveis violências será o local que poderá a orientar sobre como realizar a denúncia, a defender e a orientar, e que essa instituição e/ou profissional tem por obrigação prestar todas as orientações e encaminhamentos para a resolução do caso.

REFERÊNCIAS

ARNT, Rosamaria de Medeiros. Formação de professores e didática transdisciplinar: aproximações em foco. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: teoria e prática docente. Rio de Janeiro: Wak**, p. 109-135, 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em: 25 de Ago. de 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Violência Intrafamiliar. Orientações para a Prática em Serviço**. Cadernos de Atenção Básica nº 8, Série A-Normas e Manuais Técnicos; nº 31. Brasília/DF, 2002.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento. Disponível em: <<https://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/>>

cartilha_violencia_contra_crianças_adolescentes_web.pdf>. Acesso em: 25 de Ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES – ABORDAGEM DE CASOS CONCRETOS EM UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR E INTERINSTITUCIONAL. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>>. Acesso em: 25 de Ago. de 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

FALEIROS, Vicente. de Paula.; FALEIROS, Eva. **A escola que protege:** enfrentamento a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação/Secretária da Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. (Coleção Educação para Todos).

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Educação Sexual: Como Ensinar No Espaço Da Escola Sexual Education: HowToTeach In The SchoolEnvironment. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006.

HAZEU, Marcel. **Direitos Sexuais da Criança e do Adolescente. Uma visão interdisciplinar para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.** Rede TXAI. Movimento República de Emaús. 2004. p 141.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **HISTÓRIA, CIÊNCIA SAÚDE-MANGUINHOS**, Rio de Janeiro, v. IV, n.3, p. 513-531, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06>>. Acesso em: 25 de Ago. de 2021.

MORIN, Edgar. Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental. **Natal: EdufRN**, v. 30, 1999.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab; FREITAS, Lima de. Carta da transdisciplinaridade. **Portugal, Convento da Arrábida, novembro de**, 1994.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes Currículo de Pernambuco: **ensino fundamental/Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação**; coordenação Ana Coelho Vieira Selva, Sônia Regina Diógenes Tenório; apresentação Frederico da Costa Amâncio, Maria Elza da Silva. – Recife: A Secretaria, 2019.

RÉGIA da Silva, Vitória; BOZZA Martins, Flávia. Impacto da pandemia nas denúncias de violência sexual. **Gênero Numero**, 2021. Disponível em: <https://www.generonumero.media/violencia-sexual-infantil/> Acesso em 28/08/2021.

RIBEIRO, Karla. **AFINAL, ONDE MORA O PERIGO?** In: **A metodologia do projeto de defesa dos direitos da criança e do adolescente do Cendhec**. CENDHEC: Recife, 2011.